



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1007034-33.2018.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Multas e demais Sanções**
 Requerente: **Lilian Coradin**
 Requerido: **DETRAN - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - SÃO PAULO**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **GABRIELA MULLER CARIOBA ATTANASIO**

Vistos.

Trata-se de Ação Anulatória de Auto de Infração de Trânsito c.c. Indenização por Danos Morais com pedido de tutela provisória de urgência, ajuizada por **Lilian Coradin** contra o **Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo**. Sustenta, em síntese, que foi proprietária da motoneta Caloi/Suzuki AE 50, ano de fabricação 1995, com motorização de 50 cilindradas, Placa BMX-3805, cidade de Barretos, a tendo vendido no ano de 2002, mas que, devido ao seu desconhecimento, não ocorreu a comunicação de venda à época dos fatos e, recentemente, recebeu uma correspondência do CADIN Estadual lhe informando que havia duas pendências, descritas como multas emitidas pelo DETRAN-SP, sendo os AIPs n.ºs 3C2580971 e 3C2580972.

Afirma que, em consulta ao Poupatempo, localizado nesta cidade, conseguiu verificar pelas microfilmagens das referidas infrações que ocorreu um erro evidente de lançamento pelo órgão gerador da penalidade, ou seja, o requerido, pois o documento de fl. 20 indica claramente que o emplacamento descrito no auto de infração é **BMK-3805** e, na descrição assinalada com um “x”, logo abaixo da placa, há a indicação de “passageiro”, sendo que, no quadro ao lado do mesmo documento, descreve-se a marca do veículo como sendo “Volkswagen”, o que contraria o fato gerador em seu desfavor, pois o veículo ainda registrado em seu nome possui o emplacamento de **BMX-3805**, sendo de modalidade motoneta, com cilindrada abaixo de 50cc, o que impossibilitaria, inclusive, seu uso por rodovias.

Requer, então, a declaração de nulidade dos Autos de Infração de Trânsito n.ºs 3C2580971 e 3C2580972, bem como a condenação do requerido ao pagamento de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

indenização por danos morais em R\$4.000,00.

Com a inicial vieram os documentos de fls. 16/29.

O requerido apresentou contestação (fls. 43/53). Preliminarmente, arguiu inadequação do rito processual. No mérito, sustenta a validade das autuações e inoccorrência de dano moral. Requereu a remessa do feito ao Juízo competente e a improcedência dos pedidos.

Em réplica (fls. 56/57), diz a autora não se opor à redistribuição do feito ao Juizado Especial da Fazenda, reiterando os pedidos formulados na petição inicial.

É o breve relatório.

Fundamento e decido.

Inicialmente, acolho a preliminar de inadequação do rito, pois a causa insere-se entre aquelas de competência do Juizado da Fazenda Pública, cuja competência é absoluta. Ademais, a autora não se opôs ao pedido de redistribuição do feito ao JEFAZ.

Como a referida competência está afeta a esta mesma Vara da Fazenda, por economia processual desde já profiro sentença, com observância, porém, das regras pertinentes a esse sistema dos juizados especiais e, ao final, determinando-se a redistribuição do processo para que tenha prosseguimento naquela sede.

No mais, passa-se ao julgamento imediato da ação – nos termos do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil –, pois a matéria é unicamente de direito, não havendo necessidade de se produzir prova em audiência.

A procedência dos pedidos é medida que se impõe.

Os documentos que acompanham a inicial (fls. 20/29) comprovam que houve erro da autarquia de trânsito (DETRAN) ao atribuir à autora responsabilidade pelas infrações. De fato, as infrações de trânsito descritas na inicial não estão relacionadas com a motoneta Caloi/Suzuki, de placas **BMX-3805**. Referidas autuações deveriam ter sido registradas no prontuário do veículo de emplacamento **BMK-3805**, um **Volkswagen Gol**, Cinza, Ano/modelo 1984/1985, constando como proprietário *Rosivaldo Vieira da Trindade*, registrado no município de Elias Fausto – SP.

Diante de tais divergências patentes, impõe-se mesmo reconhecer a



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

nulidade dos autos de infração referidos na inicial.

Quanto ao dano moral, tem-se que o protesto de dívida, inscrição no CADIN e inclusão indevida no cadastro de inadimplentes como SPC e SERASA têm sido considerados como fato gerador de indenização.

Registre-se que a jurisprudência é hoje tranquila no sentido de que, em se tratando de protesto indevido, o dano moral é presumido e por isso prescinde de demonstração do efetivo prejuízo.

Nesse sentido já se pronunciou o Colendo Superior Tribunal de Justiça:

“AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. INDENIZAÇÃO CIVIL. DANOS MORAIS. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. COMPROVAÇÃO. DESNECESSIDADE. DANO IN RE IPSA. VALOR ARBITRADO MODERADAMENTE. AGRAVO IMPRÓVIDO. I. A jurisprudência do STJ é uníssona no sentido de que a inscrição indevida em cadastro restritivo gera dano moral in re ipsa, sendo despicienda, pois, a prova de sua ocorrência. II. O valor arbitrado a título de reparação de danos morais está sujeito ao controle do Superior Tribunal de Justiça, desde que seja irrisório ou exagerado, o que não ocorre no presente caso. III. Agravo improvido”. (STJ: AgRg no Ag 1222004/SP, Agravo Regimental no Agravo de Instrumento, 2009/0163467-1, Min. Aldair Passarinho Jr., Quarta Turma, julgado em 20/05/2010, DJe 16/06/2010).

O presente caso é, portanto, um típico exemplo de dano moral puro ou *in re ipsa*, que se exaure na própria atitude abusiva e/ou ilegal do demandado, prescindindo qualquer comprovação da repercussão surtida no psiquismo do lesado, pois a inclusão do nome da autora no Cadin Estadual é suficiente à configuração do dever de indenizar.

Desta feita, tendo-se como parâmetros a extensão do dano, as condições econômicas das partes, a intensidade da culpa e o caráter sancionador dessa indenização, arbitro a indenização a título de danos morais em R\$ 4.000,00.

Ante o exposto, julgo o processo, com exame do mérito e **PROCEDENTES** os pedidos, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil, confirmando-se a tutela antecipada, para: a) declarar a nulidade dos Autos de Infração de Trânsito n.ºs 3C2580971 e 3C2580972 e, por consequência, afastar os demais



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

efeitos/sanções deles decorrentes; e b) condenar o requerido a indenizar a autora pelos danos morais sofridos, na quantia de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), corrigidos a partir desta data, a teor do que prescreve a Súmula 362 do Superior Tribunal de Justiça, e juros moratórios, a partir do evento danoso (inserção do CADIN), conforme Súmula 54 do C. STJ.

A atualização monetária deve ser feita de acordo com o IPCA-E, e juros de mora, nos termos da caderneta de poupança, conforme se decidiu no julgamento do REsp 1.495.146-MG, Tema 905, sob a sistemática de Recursos Repetitivos, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Primeira Seção, por unanimidade, julgado em 22/02/2018, DJe 02/03/2018. Apenas se faz a observação de que, caso haja modulação pelo STF, em sede de cumprimento de sentença, quanto ao RE 870.947, relativo ao Tema 810, d.j. 20.09.2017, deve ser observado no cálculo o que ficar decidido, por se tratar de matéria de ordem pública.

Sem condenação do réu nas verbas sucumbenciais, nos termos da Lei nº 12.153/09 e Lei nº 9.099/95.

Redistribua-se ao JEFAZ, ficando as partes advertidas de que, doravante, todas as regras processuais observarão o sistema do juizado, inclusive forma de intimação e prazo para recurso.

P.I.

São Carlos, 08 de novembro de 2018.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA